



CARTA DO XX ENCONTRO DE ENTIDADES DE ECONOMISTAS DO NORDESTE - ENE

As entidades representativas dos economistas do Nordeste brasileiro, Conselhos Regionais de Economia e os Sindicatos da categoria, juntamente com o Conselho Federal de Economia – COFECON e a Federação Nacional dos Economistas - FENECON, reunidos no XX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, em Porto Seguro, Bahia, ao debater o tema “O Nordeste no quadro mundial”, constataram que, sob a pressão do movimento de globalização, o Nordeste se separa de uma posição subordinada.

Há um dinamismo próprio da inserção internacional a ser avaliado, compreendendo a participação de capitais internacionais e locais, que passam a operar com referenciais transnacionais, diferenciando-se dos padrões de participação na economia nacional que se estruturaram desde a década de 1950. Dessa forma, o Nordeste passa a ter papel específico no contexto dos relacionamentos do Brasil com América do Norte, a Europa, a África e com países do Oriente, inserindo-se no mapa mundial, ampliando atividades sustentadas pelo mercado internacional, que se desenvolvem separadamente do modelo exportador comandado pelos centros industriais do país.

Nestas condições, torna-se necessário superar a visão condescendente e paternalista das regiões mais ricas, assim como a concepção simplista da Região, como um conjunto de estados atrasados, irmanados por problemas comuns, para entendê-la diversificada, com variadas condições de formação de capital e de crescimento, principalmente abrigo para novas tendências de dinamismo no novo ambiente de internacionalidade, cujos capitais olham para o mercado externo como prioridade frente ao mercado do sul do país, e aspiram a um desempenho de exportações.

A despeito disso, ocorre continuidade do poder político e de suas articulações na esfera federal que tem sido um elemento decisivo em aspectos tais como no preenchimento de cargos públicos significativos na concentração do crédito. O controle político do Nordeste sempre foi moeda de troca, que garantiu às oligarquias vantagens econômicas da esfera pública, permitindo-lhes posições vantajosas de formação de capital e de renda.

A leitura do quadro político do Nordeste mostra tendências de renovação política, justamente a partir dos menores estados. Além de contrastar com as lideranças regionais, essa renovação mostra-se como representação de forças locais que não dependem das articulações nacionais. A política regional, concebida para o Nordeste desde o início da década de 90, oscila entre meros desdobramentos de políticas nacionais concentradoras. Assim, houve propostas irrelevantes que não levaram em conta seriamente os processos de transformação e os conflitos da região. Nesse aspecto, até agora, nada parece ter mudado e não se vislumbra qualquer proposição inovadora.

No momento, apenas se pretende recriar a SUDENE, sem considerar a visão atualizada da realidade e sem discutir amplamente o planejamento regional à luz das novas estratégias adotadas para o desenvolvimento dos estados nordestinos. Desconsidera-se a autonomia federativa, as novas lideranças políticas e do setor privado da economia do Nordeste, sem esquecer que a subordinação à política econômica que se mantém no País, significa o risco de frustrar, mais uma vez, a oportunidade de instituir-se um processo real de modernização sócio-econômica do Nordeste.

Porto Seguro – Bahia, 04 de julho de 2003